



Diretor pede apoio ao Congresso em momento crítico da OMC

Marcos Oliveira / Agência Senado



Durante visita à Comissão de Relações Exteriores, Roberto Azevêdo expôs preocupação com o que chamou de paralisia no sistema multilateral de comércio

O recém-eleito diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), embaixador Roberto Azevêdo, afirmou ontem no Senado que os negócios multilaterais são difíceis por natureza e

falou da falta de otimismo com as rodadas de negociação marcadas para este ano em Doha. Ele disse que a OMC tem grande importância para o Brasil e que o país possui vocação para o multilateralismo. **3**

Ricardo Ferraço (D) considera a eleição de Roberto Azevêdo para a Organização Mundial do Comércio um sinal de que o Brasil pode se projetar no mundo

Renan assume interinamente a Presidência da República 2

Senadores devem sabatinar em junho indicado ao STF

Luís Roberto Barroso foi indicado pela presidente Dilma Rousseff.

Como advogado, ele atuou em processos de grande repercussão no Supremo. **2**

Elza Fitz/Albr



O advogado Luís Roberto Barroso em sessão do STF sobre aborto de anencéfalos



Senadores Davim (C) e Humberto (2º à dir.) acompanham apresentação do presidente da ANS, André Longo (2º à esq.)

Plano de previdência para a saúde privada

O presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, André Longo, disse ontem que o governo poderá autorizar a comercialização de um plano de previdência para ajudar as pessoas a pagarem

os seguros de saúde. Na mesma audiência, o senador Humberto Costa afirmou que o ressarcimento feito pelas operadoras privadas ao SUS por serviços prestados não reforça o caixa da saúde pública. **7**

Mineradoras temem definição de regras sobre terras-raras 5

País poderá ganhar código de segurança contra incêndio 6

Genivaldo Moraes/Agência Senado



Francisco Aires, Marga Ströher, senador Waldemir Moka, Luiz Antonio Cunha e Flamarion Vidal no debate de ontem

Debatedores reagem a projeto sobre religiões

Reunidos em audiência pública ontem, representantes de instituições religiosas e do governo pediram a rejeição de projeto em análise no Senado que trata da liberdade de crença e culto. Para eles, não se deve regulamentar as religiões. **8**

Indicação de Barroso ao STF é bem recebida no Senado

Professor de Direito Constitucional, advogado e procurador do estado do Rio de Janeiro, Luís Roberto Barroso é conhecido pela atuação em vários processos de grande repercussão no Supremo

A MESA DO Senado deve receber ainda hoje a indicação do advogado constitucionalista Luís Roberto Barroso para ocupar a vaga do ex-ministro Ayres Britto no Supremo Tribunal Federal (STF). Após recebimento pela Mesa, a indicação da presidente Dilma Rousseff será lida em Plenário e depois despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que fará uma sabatina provavelmente em junho, conforme estimou o líder do PT, Wellington Dias (PI).

O parlamentar acredita que a atuação de Barroso em casos polêmicos, como o dos royalties, não deverá prejudicar a sabatina, mas ponderou que a legislação impõe obstáculos à participação de magistrados em julgamentos nos quais possam ter algum tipo de interesse ou envolvimento.

Previendo a linha da reunião da CCJ com Barroso, José Agripino (DEM-RN) destacou que não pesa dúvida em relação à capacidade do indicado para exercer a função, mas serão exigidos esclarecimentos sobre



Luís Roberto Barroso será submetido a sabatina dos senadores na CCJ

a atuação profissional dele. — A participação dele na questão dos royalties, na questão de Cesare Battisti, tudo isso poderá ser objeto de questionamento — destacou. Pedro Taques (PDT-MT), Romero Jucá (PMDB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também se manifestaram favoráveis à indicação.

— A presidente Dilma entendeu que ele tem todas as qualidades, nós vamos sabatiná-lo e, com certeza, pela sua história

e pela sua bagagem, deverá o Senado aprovar a indicação, completando assim o quórum do STF — destacou Jucá.

De acordo com Taques, o STF está precisando de grandes constitucionalistas e Barroso preenche a demanda. Suplicy considerou extraordinária a formação acadêmica do indicado e disse que espera confirmar as impressões durante a sabatina.

Currículo

O ministro indicado ao STF é professor de Direito Constitucional, advogado e procurador do estado do Rio de Janeiro. Formado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Barroso advoga desde 1981.

Atuou em vários processos de repercussão no Supremo, envolvendo temas como o asilo ao italiano Cesare Battisti; a união estável homoafetiva; as pesquisas com células-tronco embrionárias; a interrupção da gestação de fetos anencéfalos; e a proibição do nepotismo. Em todos esses casos, as teses de Barroso saíram vitoriosas.

Renan assume interinamente a Presidência da República

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assume a Presidência da República interinamente, hoje, devido à viagem da presidente Dilma Rousseff para a Etiópia. Ela participa amanhã do Jubileu de Ouro da União Africana.

Renan é o terceiro na linha sucessória do Senado, Jorge Viana, ocupa interinamente a Presidência da Casa. Renan Calheiros já assumiu interinamente a Presidência da República em maio de 2006, quando também era presidente do Senado, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

os Estados Unidos desde o início da semana.

Renan deve ficar no posto até a volta do vice-presidente, prevista para amanhã. Dilma só retorna a Brasília no domingo. Enquanto o senador estiver no Palácio do Planalto, o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana, ocupa interinamente a Presidência da Casa.

Renan Calheiros já assumiu interinamente a Presidência da República em maio de 2006, quando também era presidente do Senado, durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.



Terceiro na linha sucessória da República, Renan fica no cargo até amanhã

Mensagem presidencial esperada para hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a escolha de Luís Roberto Barroso será boa para o Brasil e para a Suprema Corte.

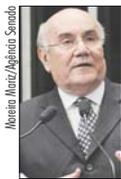
— Uma indicação muito boa, um nome muito respeitado, um dos maiores constitucionalistas do Brasil. Eu acho que ganha o Brasil e ganha o Supremo Tribunal

Federal — avaliou Renan, no início da noite de ontem, quando deixava o Senado.

A expectativa era de que a Mesa do Senado recebesse a mensagem da Presidência da República com a indicação do nome de Barroso ainda ontem, mas a sessão terminou sem que o documento fosse lido.

Renan Calheiros explicou que a apreciação de um nome no Senado obedece a uma série de ritos e que ainda não teve tempo de conversar a respeito do assunto com Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o indicado será sabatinado.

Flexa Ribeiro defende fortalecimento do Poder Legislativo



Apenas com um Legislativo moderno e forte é possível aproximar o trabalho parlamentar das reais necessidades da sociedade, disse ontem Flexa Ribeiro (PSDB-PA). — Muitos desafios na trajetória de crescimento econômico, com justiça social, dependem da qualidade da nossa legislação — disse. Flexa defendeu o aperfeiçoamento da atividade parlamentar e ressaltou a importância do Instituto Legislativo Brasileiro, do Interlegis e da Unilegis (Universidade do Legislativo) na disseminação de conhecimento e ações de capacitação.

Fundo Partidário não pode mudar em troca de partido, diz Raupp



Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu a aprovação do PLC 14/2013, que mantém valores do Fundo Partidário e o tempo eleitoral no rádio e na TV mesmo se o parlamentar trocar de partido. A tramitação do projeto foi suspensa pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Para Raupp, a proposta vai ajudar no saneamento das práticas políticas e no aperfeiçoamento das instituições democráticas. Ele criticou a quantidade de partidos e disse que, em muitas câmaras municipais, cada vereador é de uma agremiação.

Couto apoia MP por investigar Federação de Futebol do Pará



Mário Couto (PSDB-PA) informou em Plenário que o Ministério Público do Pará abriu investigação para apurar denúncias contra a Federação de Futebol do estado. De acordo com o senador, a medida foi tomada depois que promotores viram o pronunciamento dele na TV Senado sobre o assunto. Presidente de uma comissão externa da Casa criada para averiguar as denúncias, Couto chamou os dirigentes da Federação de Futebol do Pará de “verdadeiros assaltantes”, parabenizando os promotores pelo início da investigação.

MP DA CANA-DE-AÇÚCAR SERÁ ANALISADA EM COMISSÃO

Foram anunciados na noite de quarta-feira os nomes dos 26 senadores que compoirão a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 615/2013. O texto trata do pagamento de subvenção econômica aos produtores da safra 2011–2012 de cana-de-açúcar e de etanol da Região Nordeste, além do financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização da taxa de juros. Os integrantes foram anunciados pelo senador Aníbal Diniz (PT-AC), que presidia a sessão do Senado. Veja a lista completa dos nomes em <http://bit.ly/mpcana>.

PLENÁRIO RETIRA URGÊNCIA DE PROJETO SOBRE A CÂMARA

O Plenário aprovou requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) solicitando retirada de urgência do PDS 85/2013, que suspende a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de redefinir o número de deputados federais por estado. O projeto, de autoria de Eduardo Lopes (PRB-RJ), voltará à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Lopes pediu que o projeto seja votado “o mais rápido possível” na comissão. A decisão do TSE retirou uma vaga das bancadas de Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e duas vagas do Piauí.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

- ▶ **PLENÁRIO Discursos**
9h A sessão de hoje é destinada a pronunciamentos de senadores e comunicados da Mesa.
- ▶ **COPA 2014 Vistoria em estádio na Bahia**
8h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 faz diligência na Fonte Nova, em Salvador. O colegiado integra a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.
- ▶ **LEI DE ARBITRAGEM Reunião de juristas**
9h Reunião da comissão de juristas que tem a finalidade de elaborar a reforma da Lei de Arbitragem e Mediação.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Novo diretor-geral falou sobre a necessidade de a Organização Mundial do Comércio quebrar ciclo de paralisação das negociações

Azevêdo diz que assume OMC em momento crítico

EM VISITA À Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado ontem, o embaixador e recém-eleito diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, disse que assume o cargo em um momento crítico e pediu o apoio do Congresso.

Segundo Azevêdo, há sérios riscos ao sistema multilateral de comércio, que está paralisado há quase 20 anos.

— Desde que a OMC foi fundada, em 1995, até hoje, nenhuma negociação foi bem-sucedida, o que é uma situação extremamente preocupante. E nós estamos numa absoluta escassez de tempo. Não há mais tempo para continuar nessa paralisação virtual. É importante quebrar esse ciclo — afirmou.

Azevêdo explicou que a OMC opera com base na realidade que existia há 30 anos, quando a Rodada Uruguai terminou, criando a organização. Para o embaixador, o maior risco é de as negociações migrarem para fora do sistema multilateral.

— O mundo mudou e a



Azevêdo afirma que o Brasil tem vocação para o multilateralismo

organização não se atualizou. Esse é o grande problema que nós temos — disse.

O recém-eleito diretor-geral da OMC disse, no entanto, que não acha necessariamente danosas as iniciativas de negociações bilaterais, como a existente entre Estados Unidos e União Europeia e a Transpacífica, que reúne alguns países da Ásia e Oceania, além de

Chile, Peru e Estados Unidos.

Para Azevêdo, as iniciativas são boas, mas, se o sistema multilateral continuar paralisado, vai haver uma desconexão grande entre as regras negociadas no contexto bilateral e plurilateral e as fundações do multilateralismo.

— Isso vai encarecer negócios e vai dificultar as transações internacionais, em geral, em detrimento daqueles que não participaram dessas negociações — prevê o embaixador.

Azevêdo concluiu a exposição dizendo que a OMC tem grande importância para o Brasil, que, segundo ele, possui vocação para o multilateralismo.

Todos os senadores da CRE parabenizaram Azevêdo pela vitória nas eleições para a diretoria-geral da OMC, afirmando ser também uma vitória do Brasil.

O presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que a vitória do embaixador nas eleições da organização é um sinal de que o Brasil pode se projetar no mundo.

Para diretor, Brasil tem subestimado cooperação bilateral

Respondendo a vários senadores durante a reunião, Roberto Azevêdo disse que o Brasil é visto como um parceiro e como um exemplo para outros países, mas tem subestimado projetos de cooperação bilateral. Ele citou reuniões em 13 países africanos, em que ficou clara a valorização dessas parcerias com o Brasil em diversas áreas, como esportes, agricultura, saúde, campo social.

O recém-eleito diretor-geral da OMC afirmou que as negociações multilaterais são difíceis na própria essência e não se mostrou otimista com o alcance de um consenso para a Rodada Doha, principalmente para a Conferência Ministerial de Bali, uma parte da rodada, em dezembro. Azevêdo disse que terá pouco tempo de trabalho, pois só assumirá o cargo na OMC em setembro.

— Eu tenho tido conversas em Genebra e o clima não é de otimismo. O clima é de muito pessimismo, sobreidade, no mínimo — disse.

Ferraço pede recursos para monitoramento das fronteiras

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) comentou ontem a audiência pública promovida pela CRE com a presença do ministro da Defesa, Celso Amorim. Entre os temas do debate, o parlamentar destacou a necessidade de implantar o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), por considerar que o investimento trará “resultados extraordinários”.

O senador defendeu a inclusão do Sisfron no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para assegurar os recursos financeiros necessários. Ele disse temer que, no ritmo atual, o projeto leve mais de 50 anos para ser implantado.



Monitors Oliveira/Agência Senado

Para Vanessa, pedido da Amazon prejudica interesses de 8 países

Em pronunciamento ontem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) rechaçou iniciativa da empresa varejista Amazon, que ingressou com pedido em órgão internacional requerendo o uso exclusivo de domínios com o nome “amazon”.

Vanessa disse que a medida contraria o interesse dos oito países que compõem o bioma amazônico, que ficarão impedidos de usar o termo “amazon” na internet caso o pedido da empresa norte-americana seja aceito pela Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (Icann, na sigla em inglês).



Monitors Oliveira/Agência Senado

Comissão aprova nome para embaixada em Israel

Aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) para o cargo de embaixador em Israel, Henrique da Silveira Sardinha Pinto reconhecceu na sabatina que a criação do país, em 1947, foi uma das grandes obras da comunidade internacional logo após a criação da ONU. A partilha da região da Palestina, no entanto, permanece uma obra inacabada, assinalou.

— A conclusão interessa não somente ao povo palestino, mas também a Israel, para que possa viver em paz — disse.

A mensagem da presidente Dilma Rousseff com a indicação seguirá agora ao Plenário.

Sardinha Pinto confirmou que o Brasil se opõe à ocupação de territórios palestinos e defende um Estado independente dentro das fronteiras anteriores a 4 de junho de 1967, quando começou a Guerra dos Seis Dias, um dos marcos do conflito árabe-israelense. O diplomata considerou que a recente visita a Israel do presidente Barack Obama, dos Estados Unidos, deixou sinais promissores de paz.

O indicado para Israel destacou que o país se tornou um Estado moderno e com enorme capacidade criadora no campo científico. Para ele, a relação com o Brasil é diversificada e

rica, mas merece ser reforçada, como nas áreas de indústria farmacêutica e espacial, medicina e agroindústria.

Na balança comercial com Israel, o Brasil teve déficit de US\$ 700 milhões no ano passado. Mas Sardinha Pinto destacou que nos últimos meses os números estão mais positivos.

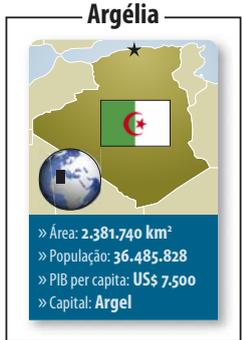
Depois de salientar a convivência pacífica entre israelenses e palestinos no Brasil, ele destacou o projeto Lado a Lado, do Itamaraty, que estimula a aproximação.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a demora das negociações para que o Estado da Palestina possa existir.



Fontes: CIA World Factbook e IBGE Países

Brasil e Argélia têm afinidades, afirma diplomata



Fontes: CIA World Factbook e IBGE Países

Eduardo Botelho Barbosa, aprovado para a embaixada na Argélia, disse que brasileiros e argelinos compartilham visões de política internacional, aspirações de desenvolvimento, características socioeconômicas e a paixão pelo futebol. Também destacou que o país é o maior da África em termos territoriais e o segundo parceiro comercial do Brasil naquele continente.

— Há muitos espaços comuns para diálogo — disse. Ele ressaltou que a Argélia

enfrentou quase dez anos de conflitos internos, mas em 1999 começou um processo de inclusão e reconciliação.

— Alguns comentaristas aviam que o país já passou pela “primavera árabe” muito antes dos movimentos de 2011.

O diplomata afirmou que uma abertura política está em andamento, na direção de uma ordem democrática e um estado laico. Há eleições marcadas para o próximo ano, mas os islamitas radicais continuam impedidos de participar.

Barbosa disse que a economia argelina depende de gás e petróleo, que representaram em 2012 mais de 30% do PIB e 95% das receitas de exportação. Nas importações, depende de bens de capitais e semimanufaturados.

Aloysio Nunes (PSDB-SP) lembrou que a Argélia, durante a ditadura militar no Brasil, foi exílio para brasileiros como Miguel Arraes. O arquiteto Oscar Niemeyer projetou obras para o país, onde trabalhou Darcy Ribeiro, outro cassado.

Armando comemora crescimento da indústria naval

Armando Monteiro (PTB-PE) comemorou, na quarta-feira, o crescimento da indústria naval no Brasil. Ele lembrou que dez anos atrás o setor não empregava mais do que 2 mil trabalhadores — concentrados, principalmente, no estado do Rio de Janeiro — e atualmente conta com 54 mil brasileiros espalhados pelo país.

— Foi uma decisão muito sábia de política industrial, com visão estratégica, que o nosso ex-presidente Lula indiscutivelmente tem — disse, comemorando o fato de seu estado, Pernambuco, estar incorporado a esse processo.



Monitors Oliveira/Agência Senado

Parlamentares questionaram pontos do projeto de Jucá, como o seguro-desemprego, mas elogiaram tratamento dado ao contrato de trabalho. Relator espera contribuições

Multa do FGTS para doméstica é polêmica

A PROPOSTA APRESENTADA pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) para regulamentar a Emenda Constitucional 72, que trata do trabalho doméstico, gerou polêmica ontem. O projeto foi apresentado na quarta-feira aos deputados e senadores da Comissão de Consolidação das Leis, da qual Jucá é relator. Com as divergências, há dúvida sobre a possibilidade de votação na próxima semana.

A principal dúvida dos parlamentares diz respeito à indenização a ser paga pelo empregador ao empregado demitido. A multa equivale a 40% do montante dos depósitos realizados na conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) durante a vigência do contrato de trabalho.

No caso dos trabalhadores em geral, é devida apenas em caso de demissão sem justa causa, mas o projeto de Jucá acaba com essa distinção para o trabalhador doméstico.

Para Pedro Taques (PDT-MT), equiparar a dispensa por justa causa à sem “parece que é beneficiar a torpeza daquele que é demitido com motivo”. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) teme que a equiparação ponha famílias em risco e teme que outras categorias queiram obter o mesmo “privilegio”.

A justificativa de Jucá é a dificuldade de caracterizar a justa causa no ambiente doméstico, onde não haveria testemunhas isentas. Ele diz ainda que, para não pagar a multa, os empregadores poderiam tentar caracterizar qualquer fato como justa causa.

Outra questão polêmica é o pagamento, pelo governo, do seguro-desemprego ao empregado doméstico. Segundo o projeto, os que forem dispensados sem justa causa vão receber um salário mínimo por mês, por no máximo três meses. Para os trabalhadores em geral, a lei prevê de três a cinco parcelas e o valor recebido varia de acordo com o salário.

Apesar das críticas a alguns pontos, as soluções propostas por Jucá receberam elogios dos integrantes da comissão, especialmente o tratamento dado ao contrato de trabalho.



Se houver acordo, votação na Comissão de Consolidação das Leis será na quarta-feira. Relator recebe sugestões até terça

Essa parte do texto traz regras sobre horário estendido, banco de horas, trabalho em viagem e outras questões cotidianas.

Para as questões que ainda não são consenso, a ideia é que os parlamentares apresentem

contribuições, que devem ser incorporadas no texto até a próxima terça-feira.

— Gostaria de solicitar aos membros da comissão que pudessem encaminhar emendas para que a gente

possa realmente melhorar o texto — pediu o relator.

Caso haja acordo, a votação será na quarta. Após a aprovação na comissão, o texto ainda deve ser votado em Plenário na Câmara e no Senado.

O custo do trabalho

	EMPREGADOR DOMÉSTICO (antes da emenda constitucional)	EMPREGADORES EM GERAL	EMPREGADOR DOMÉSTICO (de acordo com o projeto de regulamentação)
INSS	R\$ 81,36 (12%)	R\$ 81,36 (12%)	R\$ 54,24 (8%)
FGTS	—	R\$ 54,24 (8%)	R\$ 74,58 (11% = 8% + 3% referentes à multa por demissão)
Seguro contra acidentes	—	R\$ 6,78 a R\$ 20,34 (1% a 3%)	R\$ 6,78 (1%)
Multa em caso de demissão	—	sem justa causa, 40% sobre o saldo acumulado do FGTS	paga pelo governo
Total	R\$ 81,36 (12%)	R\$ 142,38 a R\$ 155,94 (21% a 23%)	R\$ 135,60 (20%)
Salário + contribuições	R\$ 759,36	R\$ 820,38 a R\$ 833,94	R\$ 813,60

A tabela acima inclui apenas o valor das contribuições sobre o salário mínimo (R\$ 678), sem a inclusão de vale-transporte, cujas regras permanecem, e de horas extras, que dependem do número de horas trabalhadas

Aloysio Nunes diz que Dilma não tem projeto de governo

Segundo o líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), embora a presidente Dilma Rousseff tenha sido considerada pela revista *Forbes* a segunda mulher mais poderosa do mundo, a força dela se perde na ausência de um projeto de governo e de um rumo para o país. O senador criticou a falta de uma proposta que aglutine ao menos os integrantes da base do governo.

— A presidente forte é fraca porque não tem um projeto que se possa compreender, que não pode gerar a confluência de opiniões — afirmou.

Aloysio disse que, caso o país vivesse num regime parlamentarista, haveria a troca de governo. Para ele, a presidente “tem falhado redondamente” na tarefa de solidificar a Federação. Citou a disputa pelos royalties do petróleo e afirmou que Dilma não foi defendida por nenhum dos próprios líderes no episódio. Na votação da MP dos Portos, o senador criticou a presidente por não conter a briga na base governista e não abrir um diálogo com a oposição.



Senador critica gestão de política econômica e mobilidade urbana do PT

Agripino pede retorno às teses neoliberais

A falta de planejamento e de gestão do governo federal para as políticas econômica e de mobilidade urbana no país foi criticada por José Agripino (DEM-RN). O senador defendeu o retorno às teses neoliberais de administração pública, adotadas à época do governo Fernando Henrique Cardoso, como forma de recolocar o Brasil em posição competitiva no cenário internacional. Agripino citou como falta de planejamento os metrô construídos nas principais capitais, cuja utilização “é cara e ineficiente”. O senador disse ainda que a promessa de autossuficiência em petróleo feita pelo ex-presidente Lula em 2008 ainda não foi cumprida.

Requião sugere que Dilma apoie adesão à CPI da Petrobras

Roberto Requião (PMDB-PR) recomendou à presidente Dilma que sua base no Congresso apoie imediatamente a comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre a Petrobras. Para ele, a CPI deve ser um instrumento corriqueiro quando não há acesso a informações públicas. O senador criticou o fato de sua proposta (PEC 3/2012) que obriga órgãos públicos a divulgar remuneração de servidores estar parada na CCJ e lembrou que a Petrobras alegou não abrir os dados por não receber recursos orçamentários da União.

— Tem que abrir, sim. A Petrobras tem sua direção, seu conselho de administração e fiscal (...) estabelecidos pelo Executivo — justificou.



Requião defendeu sua proposta que obriga divulgação de remunerações



Sociedade deve ser preparada para nova realidade, diz Randolfe

Randolfe anuncia seminário sobre petróleo em Macapá

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu o amplo debate sobre a exploração de petróleo na costa do Amapá. Ele anunciou a realização de um seminário sobre o assunto em 21 e 22 de junho, em Macapá.

— Essa é uma oportunidade para o estado, mas para ser aproveitada é fundamental o esclarecimento e a preparação da sociedade para os investimentos e para essa provável nova realidade — afirmou.

A Bacia da Foz do Rio Amazonas será explorada por um conjunto de empresas, entre elas Petrobras, OGE e British Petroleum. Os vencedores do leilão terão 35 anos de concessão para pesquisa, exploração e produção de petróleo.

Capiberibe exalta empréstimo para o Amapá de R\$ 2,8 bi

João Capiberibe (PSB-AP) comemorou o empréstimo de R\$ 2,8 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Amapá. Segundo ele, isso se deve ao trabalho do governador Camilo Capiberibe, seu filho.

— Ele conseguiu recuperar o que é decisivo nas relações institucionais: a confiança.

O senador explicou que metade será investida em infraestrutura e metade na federalização da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) e no rebaixamento da tensão do Linhão do Tucuruí.

— Agora, o estado entra num novo círculo de desenvolvimento — afirmou.



Capiberibe explica que recursos serão investidos em infraestrutura e energia

Definição de marco regulatório para terras-raras preocupa mineradoras

Relator da subcomissão, Luiz Henrique diz que preocupação do setor se deve a uma visão equivocada de que regras seriam estatizantes

A PREPARAÇÃO DE um marco regulatório para exploração de terras-raras — minerais utilizados na indústria de alta tecnologia, como a de tablets, telas LCD e veículos elétricos — tem sido acompanhada com preocupação pelas mineradoras, disse ontem Paulo de Tarso Fagundes, diretor da Mineradora Serra Verde. Ele participou de audiência na subcomissão criada para discutir o assunto, presidida por Anibal Diniz (PT-AC).

O representante da Vale, Edson Ribeiro, disse temer que regras específicas afastem investidores. Para ele, trata-se de “uma medida contraprodutiva”.

— Já não chega o mercado que não existe, não tenho certeza de preço e ainda tenho uma lei restritiva e não sei se terei mercadorias para vender?



Anibal Diniz (2º à esq.) preside audiência pública na subcomissão com Edson Ribeiro, Paulo Fagundes e Alair Veras

Para o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), a preocupação se deve a uma visão equivocada de que o marco regulatório seria estatizante. Ele disse que pretende construir uma legislação que incentive o crescimento do setor.

— Se o Estado não puder ajudar, que não atrapalhe. Não queremos um marco regulatório que atrapalhe o

setor de mineração, como as normas legais atuais — disse.

Na opinião dele, o Brasil deve aproveitar a evolução da chamada indústria “inteligente”, que se vale de matérias-primas mais resistentes, mais leves e com maior eficiência energética, e investir para dominar a tecnologia de produção de bens a partir de elementos de terras-raras.

— Sabemos que a produção de ímãs de terras-raras, ímãs permanentes, terá aplicação copiosa em produtos eletroeletrônicos. Desde os automóveis híbridos, o futuro automóvel elétrico, as torres de geração de energia eólica e até mesmo um simples aspirador de pó serão mais eficientes se forem feitos com a introdução de ímãs de terras-raras.

Disseminação de alta tecnologia aumentou a demanda mundial

A procura por terras-raras aumentou devido à valorização dos equipamentos de menor consumo energético, de componentes para geração de energia limpa e da disseminação de produtos de alta tecnologia, como smartphones, e de grande valor agregado, como supercondutores e componentes para a aviação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

As terras-raras passaram a ser disputadas no mercado mundial. Para Luiz Henrique, é urgente que o Brasil avance no setor, para não ficar refém da China, que controla 87% da produção mundial.

Radioatividade é um risco a ser considerado, alerta especialista

Alair Veras, das Indústrias Nucleares do Brasil, advertiu que uma das terras-raras, a monazita, contém urânio e tório, que são radioativos. Ele disse que na mineração, quando se separam os elementos, tomam-se necessários licenciamentos específicos e um plano para transporte e manuseio.

— Países abandonaram a

exploração de monazita porque a radioatividade é difícil de ser manuseada pelo empresário privado — contou.

A subcomissão fará outra audiência no dia 6, quando pretende ouvir especialistas do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) e do Serviço Geológico do Brasil.

Regras atuais são de 1967 e estão obsoletas, diz Anibal

Em discurso no Plenário, Anibal Diniz destacou o trabalho da subcomissão e informou que o atual código que trata da mineração é de 1967 e está “completamente obsoleto”. Ele disse que na primeira audiência pública, dia 14, os especialistas mostraram que o Brasil é rico em terras-

-raras, possui conhecimento tecnológico para começar a extração e a produção, mas precisa aprimorar a tecnologia e capacitar o setor empresarial.

O senador informou que o Brasil responde por apenas 0,28% da exploração desses minérios no mercado mundial, apesar do grande potencial

do país. Na visão de Anibal, o Brasil tem diante de si uma grande janela de oportunidade para o aumento de negócios e a inovação tecnológica. A subcomissão terá até 30 de agosto para produzir o relatório.

Fazem parte das terras-raras 17 elementos químicos, como európio, túlio, lantânio e ítrio.

Vizinhos na tabela periódica, os elementos assemelham-se em razão das propriedades químicas, magnéticas e de fluorescência, que os tornam insubstituíveis na tecnologia. Eles possibilitam ímãs mais potentes e permitem a criação de aparelhos eletrônicos cada vez menores.

Brasil terá números precisos sobre efeito estufa

Para subsidiar com pesquisas as ações para redução dos gases do efeito estufa, o governo lançou um projeto que será executado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Um dos objetivos é apontar o quanto cada setor da economia pode reduzir nas emissões — e a que custo. O projeto, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), foi apresentado ontem ao Senado.

Ao explicar a importância do projeto, que se chama Opções de Mitigação de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave da

Economia Brasileira, o professor e pesquisador Roberto Schaeffer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disse que os estudos vão oferecer “números mais rigorosos”

para fundamentar as políticas públicas.

Schaeffer ressaltou que o Brasil, ao participar da Convenção do Clima de Copenhague (Dinamarca), em 2009, assumiu

metas voluntárias de redução das emissões sem contar com estudos detalhados sobre as respectivas dificuldades e custos — informações que deverão ser produzidas agora, com o projeto.

— Os estudos poderão dizer se as metas foram muito ambiciosas, o que não acho provável, ou se foram pouco ambiciosas — disse.

A reunião, presidida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e pela Comissão de Meio Ambiente.



Vanessa (3ª à dir.) preside audiência sobre projeto de redução da emissão de gases

Mozarildo critica pouca oferta de voos para interior do país

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou, em discurso ontem no Plenário, a pouca oferta de voos



Marcos Oliveira/Agência Senado

para passageiros do interior e o fato de poucas empresas dominarem o mercado aéreo brasileiro, concentrando as atividades nas capitais.

Para o senador, uma medida que poderia amenizar a situação seria o investimento em linhas aéreas regionais. Ele é autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 130/2001, que dispõe sobre o adicional tarifário para linhas aéreas regionais suplementadas.

Walter Pinheiro comemora entrega de adutora na Bahia

Walter Pinheiro (PT-BA) saudou a entrega da adutora do Rio São Francisco localizada na microrregião de Irecê (BA). A obra custou R\$ 178 milhões e beneficiará 16 municípios.



Marcos Oliveira/Agência Senado

O senador destacou a autorização para pavimentar a estrada entre Xique-Xique e a Vila do Baixo, facilitando o escoamento da produção agrícola local.

A parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o governo baiano para implantação de poços artesianos e cisternas foi igualmente celebrada por Pinheiro.

Wellington Dias elogia autorização para obra em rodovia

Wellington Dias (PT-PI) comemorou a autorização, pelo governo do Piauí, para iniciar as obras de pavimentação da rodovia PI-397, a chamada Transcerrados, que liga Colônia do Gurugeia, Currais e Bom Jesus, e garante o acesso a reservas de calcário e fosfato.

— A pavimentação é um salto de segurança para os investidores — disse.

O senador comunicou ainda que participará da entrega de máquinas para construção de estradas a municípios do estado na segunda-feira.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Comissão sugere código nacional contra incêndio

Relatório de Paulo Paim, aprovado ontem no colegiado criado após a tragédia em Santa Maria, propõe unificação das regras de segurança e padronização dos procedimentos para os corpos de bombeiros

FOI APROVADO ONTEM o relatório da comissão temporária sobre prevenção e combate de incêndios. Entre as propostas no texto de Paulo Paim (PT-RS), está uma minuta de Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico; a regulamentação das atividades de bombeiros militares e civis, municipais e voluntários; a padronização dos procedimentos operacionais para corpos de bombeiros; e um programa educacional.

A comissão foi instalada logo após a tragédia ocorrida em janeiro na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que resultou na morte de 242 pessoas. O relatório de Paim aponta problemas na estrutura da casa de shows: saída única, obstáculos físicos, deficiência da iluminação de emergência e falta de indicação das rotas de fuga.

A intenção da comissão foi propor, em dois meses, normas técnicas rigorosas com alcance nacional. Presidido pela senadora Ana Amélia (PP-RS), o colegiado fez seis reuniões e



Presidente da comissão, Ana Amélia observa Paim durante a leitura do relatório

audiências com especialistas e empresários. Foram ouvidos representantes do Sebrae, defesa civil, corpo de bombeiros, Ministério Público, Ministério da Justiça, profissionais liberais, engenheiros e técnicos de segurança no trabalho.

De acordo com o relatório, um código nacional se justifica pela importância da padronização das normas de segurança. O texto também aponta a necessidade de delimitar as competências de bombeiros, engenheiros e brigadistas.

Paim ressaltou que o esforço

para normatização não é apenas do Senado. O relatório vai servir como subsídio à comissão externa da Câmara dos Deputados e aos grupos de trabalho da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Essa articulação foi descrita pelo relator como um sinal de saudável interação entre os órgãos com competência para normatizar.

— Precisamos de urgência nos comandos legais para banir da nossa realidade acontecimentos como o de Santa Maria — disse Paim.

Ana Amélia discursa sobre aprovação do relatório

Em Plenário, Ana Amélia comemorou a aprovação do relatório. De acordo com a senadora, a criação de um Código Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico será importante para evitar tragédias como a da boate Kiss.

Segundo ela, a padronização das normas de segurança contra incêndios é necessária, em

todas as unidades da Federação, para todas as edificações e áreas de risco.

— A lei deve estabelecer linhas gerais de segurança contra incêndio e pânico para que as normatizações e os detalhes técnicos das medidas de segurança sejam feitos pelos corpos de bombeiros militares. Essa sugestão,

constante no relatório, é uma necessidade, considerando que os materiais e equipamentos usados contra incêndios evoluem e se modernizam constantemente — disse.

Em aparte ao pronunciamento, Paulo Paim congratulou Ana Amélia pela aprovação na comissão do relatório final, de autoria dele.

Comissão debaterá segurança em grandes eventos no país

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou a realização de uma série de audiências destinadas a examinar os preparativos com o objetivo de garantir a segurança nos grandes eventos esportivos e religiosos que o país vai sediar a partir de agora, como a Copa das Confederações e a

Jornada Mundial da Juventude, em junho e julho deste ano, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi autor do pedido. Em datas a serem divulgadas, as audiências serão em conjunto com a Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

A questão do uso da marca “amazon” na internet, alvo de disputa entre países que compartilham o bioma amazônico e uma empresa norte-americana, também será assunto de audiência na comissão. O pedido foi feito por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Ouidora-geral do Senado põe foco na integração do trabalho

A ouvidora-geral do Senado, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), afirma que tem se dedicado a promover mais integração entre a Ouvidoria e outros órgãos da Casa e ouvidorias públicas. A integração, segundo ela, “faz com que o trabalho fique ainda mais consistente”.

A parlamentar se reuniu ontem com o ouvidor do Tribunal de Contas da União (TCU), Eduardo Muriç. O encontro serviu para as duas ouvidorias reafirmarem a parceria que têm e trocarem experiências.

O ouvidor do TCU aproveitou a reunião para entregar o relatório estatístico anual do órgão e destacou a eficiência do sistema de gestão de informação que a ouvidoria do tribunal adotou para o recebimento das manifestações.

A senadora falou sobre os desafios da Ouvidoria da Casa e os recursos tecnológicos de que dispõe para receber os registros dos cidadãos.

Observou a necessidade de aperfeiçoar o sistema de gestão de dados, para oferecer um atendimento de excelência à sociedade, ressaltou que hoje os cidadãos têm bastante clareza dos seus direitos, “e as ouvidorias estão caminhando nessa direção”, frisou.

Já os profissionais envolvidos com o Alô Senado apresentaram uma radiografia do que o serviço tem desenvolvido desde 2007, quando foi implementado. A era da internet fez o canal telefônico de comunicação adotar formulários eletrônicos, no site, e aderir às redes sociais como novas possibilidades de atendimento ao cidadão, explicou o responsável pela Coordenação de Controle Social, Thiago Cortez Costa.

Ao final do encontro, Lúcia Vânia reiterou a determinação de estreitar a relação entre os órgãos que se dedicam ao atendimento do cidadão e à transparência da gestão pública.



Ouidora-geral do Senado, Lúcia Vânia, com o ouvidor do TCU, Eduardo Muriç

Ouidoria contribui para melhorar atividades da Casa, diz Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia cobrou ontem a participação da sociedade na Ouvidoria do Senado e disse que o órgão é uma ferramenta de que a sociedade dispõe para aprimorar as atividades da Casa. No dia 16, Lúcia Vânia completou um mês à frente da Ouvidoria, exatamente quando a Lei de Acesso à Informação registrou o primeiro ano em vigor.

Ao fazer um balanço do

mais recente relatório estatístico do órgão no Plenário, a senadora concluiu que é preciso estimular o diálogo da sociedade com a Ouvidoria.

Lúcia Vânia registrou ainda que, juntas, a Ouvidoria e a Lei de Acesso à Informação têm sido responsáveis por sensíveis transformações na relação entre a sociedade e o Senado, pois são ferramentas de controle social e de democracia participativa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado
 Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Ministério da Fazenda está avaliando o grau de isenção fiscal a ser concedida ao produto, com características próximas do VGBL previdenciário, que permite dedução no IR

Governo estuda plano de previdência para ajudar a financiar saúde privada

O GOVERNO ESTUDA a possibilidade de autorizar a comercialização de um plano de previdência para reforçar o financiamento da saúde privada, segundo o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), André Longo de Melo.

Ontem, em audiência da comissão temporária que analisa soluções para o financiamento do sistema de saúde, ele disse que o esboço do VGBL Saúde (denominação que terá o plano) foi desenvolvido pela ANS em conjunto com a Superintendência de Seguros Privados (Susep). André Longo informou que o Ministério da Fazenda está avaliando o grau de isenção fiscal a ser concedida ao produto, com características próximas do VGBL previdenciário, que permite dedução no Imposto de Renda.

— É uma forma inteligente de contribuir para o pacto intergeracional [nos planos de saúde], pois o Estatuto do Idoso limita aumentos na mensalidade a partir dos 60 anos — disse.

O presidente da ANS explicou que o usuário do plano



Sandro Leal Alves (E), André Longo e Paulo Davim em reunião da subcomissão temporária do financiamento da saúde

de saúde poderá optar pela aquisição atrelando uma parcela à mensalidade cobrada pelas operadoras. Ainda estão indefinidos o índice de remuneração da aplicação e se o produto terá o amparo de um fundo garantidor. A iniciativa deverá ser objeto de projeto de lei encaminhado ao Congresso.

A viabilidade econômica do VGBL Saúde também foi apontada pelo gerente-geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde),

Sandro Leal Alves. Segundo ele, a ideia é que a parcela das contribuições dos usuários mais jovens possa ser acumulada e remunerada para abater, no futuro, parte da mensalidade do plano de saúde.

— O beneficiário poderá escolher se quer contribuir com mais 5%, 10%, valor que pode ser repartido com o empregador [caso dos planos empresariais] — observou.

O dirigente da FenaSaúde ressaltou que a contribuição

na faixa economicamente mais ativa vai aliviar o impacto da mensalidade na faixa menos favorecida economicamente, que reúne os idosos. Ele chamou a atenção para a projeção de que, nos próximos 20 anos, a população com mais de 60 anos irá duplicar no país. Esse também é o prazo, alertou, para buscar uma melhor alocação de recursos para a saúde, tendo em vista que a população economicamente ativa vai começar a decrescer.

Jayme questiona viabilidade do VGBL Saúde

Na audiência, Jayme Campos (DEM-MT) afirmou não estar seguro da viabilidade do VGBL Saúde. O receio dele é de que, na hipótese de falência do plano de previdência para o setor, o investidor não tenha garantias para cobrir o prejuízo.

O senador mostrou desconfiança quanto à fidedignidade dos dados contábeis das operadoras. André Longo considerou a preocupação relevante, mas assegurou que a ANS tem total controle sobre a situação econômico-financeira das empresas. A rigorosa fiscalização foi reforçada por Sandro Leal.



Senador teme que investidor não cubra prejuízo em caso de falência

Humberto: ressarcimento ao SUS não reforça caixa do setor

O ressarcimento do Sistema Único de Saúde (SUS) pelas operadoras privadas, em razão de serviços utilizados pelos beneficiários, é incapaz de reforçar o caixa da saúde pública, afirmou Humberto Costa (PT-PE), relator da comissão. Uma proposta de ajuste no mecanismo foi apresentada por Fausto Pereira dos Santos, ex-presidente da ANS.

— Acho que deveriam transformar o ressarcimento ao SUS em contribuição compulsória para um fundo para financiar atendimento de emergência e



Humberto Costa (E) e Fausto Pereira dos Santos em audiência pública

transplante no setor público, áreas onde o setor privado não vai estruturar rede de

atendimento — disse Fausto.

André Longo ponderou que, mesmo que a ANS fizesse

todas as cobranças devidas ao sistema, a arrecadação não cobriria nem 1% do orçamento da saúde pública.

— Não vemos no ressarcimento a saída para o financiamento do sistema público, mas é um elemento importante da atuação da agência. Nos últimos dois anos, a arrecadação e restituição ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) chegou a R\$ 154 milhões — informou.

Se a ANS conseguisse cobrar a dívida das operadoras com o SUS entre 2008 e 2010, arrecadaria quase

R\$ 663 milhões, mais da metade do que é devido. André Longo acrescentou que, em 2012, mais de R\$ 110 milhões foram inscritos na dívida ativa e que 464 operadoras estão nessa condição por se recusarem a ressarcir a saúde pública.

Humberto avaliou que a complementaridade entre os serviços de saúde público e privado só vai ser possível quando houver uma melhor definição das responsabilidades de cada um dos setores.

Começa a valer garantia ao doente de câncer

Entrou em vigor ontem a Lei 12.732/2012, que garante a pacientes diagnosticados com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento iniciado no Sistema Único de Saúde (SUS). O prazo começa a ser contado a partir do dia em que for definido o diagnóstico de neoplasia maligna, com laudo patológico. A determinação vale tanto para pacientes que necessitem de sessões de quimioterapia ou de radioterapia quanto para pacientes que precisem de intervenção cirúrgica. Doentes em situações mais

graves ou dolorosas devem ter prioridade no atendimento.

Relatora da matéria durante a tramitação no Senado, Ana Amélia (PP-RS) comemorou a aplicação da lei.

— Esta é uma lei de enorme alcance social. Quanto mais cedo ocorrer o início do tratamento, maiores são as chances de sobrevivência do paciente — afirmou a senadora.

Dados do Ministério da Saúde divulgados em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater a nova

lei, na terça-feira, mostram que o SUS registrou 518 mil internações de pacientes de câncer em 2012, com gasto de R\$ 806 milhões.

Levantamento da pasta revela que, nos últimos cinco anos, 78% dos casos de câncer em estágio inicial tiveram o tratamento iniciado em até 60 dias. Entre pacientes que tiveram diagnóstico em estágio avançado, 79% tiveram início antes do prazo. O problema é que 45% dos pacientes têm o primeiro atendimento já quando a doença está em estágio avançado.

Entidades de apoio a pacientes com câncer que participaram da audiência apontam, no entanto, tempo diferente para atendimento — na média, o paciente levaria de quatro a seis meses para conseguir ser tratado na rede pública de saúde.

Para acertar os números oficiais, o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), encaminhou, a pedido de Ana Amélia, requerimento ao Tribunal de Contas da União (TCU) de auditoria nos registros de câncer nas redes pública e privada.

João Durval defende educação gratuita e em tempo integral

João Durval (PDT-BA) foi à tribuna ontem para defender a educação de qualidade em tempo integral e gratuita para todas as crianças brasileiras.

Ele sublinhou a importância do setor para o desenvolvimento do país e lembrou que o investimento em educação leva 20 anos para dar retorno. Por isso, advertiu, cada dia perdido é um dia a menos de progresso daqui a duas décadas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Religião não deve cumprir regras, dizem participantes de audiência

Representantes de instituições religiosas pedem rejeição de projeto, em análise no Senado, que trata de crença e cultos religiosos

O PROJETO DE lei sobre liberdade de crença e cultos religiosos (PLC 160/2009) recebeu críticas em audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Com motivações diferentes, representantes de instituições religiosas e do governo pediram a rejeição da proposta. O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), disse que vai se reunir com a consultoria para decidir o rumo do relatório, que pode ser pela rejeição.

Em abril, Eduardo Lopes (PRB-RJ) apresentou pedido de urgência para a votação do projeto. Suplicy pediu mais tempo, para fazer a audiência de ontem, e os líderes disseram que em 30 dias tentariam colocar a proposta em votação.

Hugo Sarubbi, advogado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ressaltou que ter ou não uma crença está entre os direitos fundamentais. Ele ressaltou a importância das instituições religiosas na assistência social — segundo ele, atribuição do Estado que não é cumprida com eficiência.

— Um Estado que não



Diante das críticas, Suplicy (C) disse que o relatório dele pode rejeitar o projeto

consegue ministrar aula de português e matemática quer ingerir na fé? — questionou.

A falha do Estado foi citada pelo representante da Federação Espírita Brasileira, Flamarion Vidal. Ele disse que casas espíritas prestam assistência, mas são impedidas de fazer caridade pelo preconceito de gestores públicos. Vidal defendeu a regulamentação da prestação de caridade pelas instituições religiosas.

Para Luiz Antonio Cunha, do Observatório de Laicidade do Estado, da Universidade

Federal do Rio de Janeiro, o projeto faz uma adaptação apressada do tratado assinado entre Brasil e Santa Sé em 2008. Ele disse que a regulação de crenças só deve ser admitida quando há constrangimento ao direito de professar a fé ou quando existe controle estatal.

— O Brasil não está em nenhuma das duas situações.

A proposta pode ameaçar a liberdade religiosa porque não estabelece que o Estado é laico, na opinião de Marga Ströher, assessora da Política de Diversidade Religiosa da

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência. Ela disse que o Brasil tem 15 milhões de cidadãos que se dizem ateus ou agnósticos, mas acabam pagando pelos “privilégios” de entidades religiosas. Para Marga, a educação religiosa deveria sair do currículo.

— Não é a religião que garante ética, bom caráter — disse.

Na opinião da representante da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, Cacilene Aparecida Nobre, a proposta poderá criar dificuldades entre as religiões, em vez de respeito mútuo.

Adeptos do candomblé não são atendidos pela proposta, disse o representante da religião, Francisco Aires Afonso Filho, pois não existe hierarquia na estrutura dos centros e casas onde há rituais.

Para o juiz Roberto Arriada Lorea, a Constituição já garante inviolabilidade de consciência e de crença, e o Estado não pode impor confissão religiosa.

Especial Cidadania sobre o assunto <http://bit.ly/Cidadania425>

Luiz Henrique homenageia Ruy Mesquita

Luiz Henrique (PMDB-SC) homenageou em Plenário, na quarta-feira, o jornalista Ruy Mesquita, diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, que morreu na terça-feira, de câncer, aos 88 anos. O senador destacou a trajetória de jornalismo democrático e de combate à censura trilhada por Mesquita.

— Que o jornalismo brasileiro se inspire na sua obra e no seu exemplo — disse o senador.

Paim pede aplauso para os 80 anos de jornal gaúcho

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou o *Jornal do Comércio*, de Porto Alegre, pelos 80 anos. Em nome da bancada gaúcha, pediu voto de aplauso para a publicação. De acordo com o senador, o jornal foi o primeiro segmentado em economia do Brasil. Até 1956, destinava-se, especialmente, aos comerciantes.

— Um competente quadro de profissionais faz desse jornal um dos mais importantes da Região Sul — afirmou.

Portal da Transparência

É simples pesquisar

O **Portal da Transparência e Controle Social** é uma ferramenta de grande utilidade para facilitar a consulta dos atos administrativos do Senado Federal, como **informações** relativas a licitações, contratos e execução orçamentária, além de subsídios e cotas para o exercício da atividade parlamentar dos senadores. Tudo isso **organizado** de forma a tornar bem **simples** a coleta e **compreensão** dos dados pelo cidadão.

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

Mais informações:
www.senado.leg.br/transparencia

